LIVRO DE QUESTÕES

FGV

NOVA CONCURSOS

EXPEDIENTE

Diretora editorial	**Juliana Pivotto**
Coordenação editorial	**Mari de Barros**
Revisão	**Equipe de Revisão Nova Concursos**
Projeto gráfico	**Equipe Nova Concursos**
Diagramação	**Willian Lopes**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

FGV / [Ovidio Lopes da Cruz Netto]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
382 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-08-5

1. Serviço público - Brasil – Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Fundação Getúlio Vargas I. Cruz Netto, Ovidio Lopes da

CDU 35.08(079.1)

18-0275

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT013-A-19-FGV

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa 9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático 43
Informática 77
Administração Geral 93
Administração Pública 109
Administração Financeira e Orçamentária 125
Direito Administrativo 159
Direito Constitucional 177
Direitos Humanos 195
Direitos das Pessoas com Deficiência 215
Ética no Serviço Público 247
Direito do Trabalho 265
Direito Processual do Trabalho 281
Direito Civil 299
Direito Processual Civil 319
Direito Penal 335
Direito Processual Penal 353

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

COESÃO E COERÊNCIA

1. (BANESTES – TÉCNICO BANCÁRIO – FGV – 2018) Observe a frase: "Todas as paixões nos fazem cometer erros, mas os mais ridículos nos faz cometer o amor". Sobre a escritura dessa frase, a observação adequada é:

a) a conjunção "mas" deveria ser substituída por "e", já que não há oposição entre as frases;
b) a forma verbal "faz cometer" deveria ser substituída por "fazem cometer", pois o sujeito das duas frases é o mesmo;
c) a forma "mais ridículos" deveria ser substituída por "mais ridículas", pois o adjetivo se refere ao substantivo "paixões";
d) a frase "os mais ridículos nos faz cometer o amor" deveria ser substituída por "o amor nos faz cometer os mais ridículos", em função de clareza;
e) o termo "Todas as paixões" deveria ser substituído por "As paixões" já que o termo "todas" é perfeitamente dispensável.

2. (BANESTES – TÉCNICO BANCÁRIO – FGV – 2018) Todas as frases que seguem apresentam elementos sublinhados que estabelecem coesão com elementos anteriores (anáfora); a frase em que o elemento sublinhado se refere a um elemento futuro do texto (catáfora) é:

a) "A civilização converteu a solidão num dos bens mais preciosos que a alma humana pode desejar";
b) "Todo o problema da vida é este: como romper a própria solidão";
c) "É sobretudo na solidão que se sente a vantagem de viver com alguém que saiba pensar";
d) "O homem ama a companhia, mesmo que seja apenas a de uma vela que queima";
e) "As pessoas que nunca têm tempo são aquelas que produzem menos".

3. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV – 2018) "Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria". A utilização do termo "ou seja" introduz:

a) uma informação sobre o significado de um termo anteriormente empregado;
b) a explicação de uma expressão de difícil entendimento;
c) uma outra maneira de dizer-se rigorosamente a mesma coisa;
d) acréscimo de um esclarecimento sobre o que foi dito antes;
e) a ênfase de algo que parece importante para o texto.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: a conjunção "mas" deveria ser substituída por *"e"*, já que não há oposição entre as frases = incorreta – há oposição entre as ideias contidas nas frases.
Em *"b"*: a forma verbal "faz cometer" deveria ser substituída por "fazem cometer", pois o sujeito das duas frases é o mesmo = incorreta.
Todas as paixões nos fazem = sujeito: **todas as paixões** / nos faz cometer o amor = sujeito: **o amor**.
Em *"c"*: a forma "mais ridículos" deveria ser substituída por "mais ridículas", pois o adjetivo se refere ao substantivo "paixões" = incorreta – o termo "ridículos" se refere a "erros".
Em *"d"*: a frase "os mais ridículos nos faz cometer o amor" deveria ser substituída por "o amor nos faz cometer os mais ridículos", em função de clareza = correta.
Em *"e"*: o termo "Todas as paixões" deveria ser substituído por "As paixões" já que o termo "todas" é perfeitamente dispensável = incorreta – **a ideia é frisar que todas as paixões nos fazem cometer erros, generalizando**.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Em *"a"*: "A civilização converteu a solidão num dos bens mais preciosos **que** a alma humana pode desejar" = retoma "bens preciosos".
Em *"b"*: "Todo o problema da vida é **este**: como romper a própria solidão" = o pronome se refere ao período que virá (= catáfora).
Em *"c"*: "É sobretudo na solidão **que** se sente a vantagem de viver com alguém que saiba pensar" = retoma "solidão".
Em *"d"*: "O homem ama a companhia, mesmo que seja apenas **a** de uma vela que queima" = retoma "companhia".
Em *"e"*: "As pessoas que nunca têm tempo são **aquelas** que produzem menos" = retoma "pessoas".

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em *"a"*: uma informação sobre o significado de um termo anteriormente empregado; = incorreto (no caso).
Em *"b"*: a explicação de uma expressão de difícil entendimento; = incorreto (no caso).
Em *"c"*: uma outra maneira de dizer-se rigorosamente a mesma coisa; = incorreto.
Em *"d"*: acréscimo de um esclarecimento sobre o que foi dito antes;
Em *"e"*: a ênfase de algo que parece importante para o texto. = incorreto.
O termo "ou seja" é utilizado para esclarecer, explicar algo que foi dito (escrito) anteriormente.

GABARITO OFICIAL: D

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.
Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.
Tendo atuado como professora universitária da Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã São Paulo, no Curso de Administração, e como Tutora Presencial da Universidade Anhanguera, do curso EAD de Ciências Contábeis.
Professora de conteúdo preparatório para concursos e banco de questões para graduação e pós-graduação em todo o país, entre eles Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.
Contadora.

SISTEMAS DE NUMERAÇÃO E OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS

1. (AL-RO – CONTADOR LEGISLATIVO – ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS – FGV – 2018) Em direção à escola caminhavam 1 professor e 6 alunos. Cada aluno carregava 6 estojos e, em cada estojo havia 6 lápis.
No total, quantas pessoas, estojos e lápis há nessa história?

a) 216.
b) 252.
c) 258.
d) 259.
e) 264.

2. (AL-RO – ANALISTA LEGISLATIVO – FGV – 2018) Pedro e Paulo possuem, respectivamente, R$ 2.546,00 e R$ 3.748,00. Para que fiquem com exatamente a mesma quantia, Paulo deve dar a Pedro

a) R$ 3.147,00.
b) R$ 1.202,00.
c) R$ 1.198,00.
d) R$ 894,00.
e) R$ 601,00.

3. (BANESTES – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – FGV – 2018) O resultado da operação $5 + 3 \times 7 - 4$ é:

a) 14;
b) 22;
c) 24;
d) 28;
e) 52.

GABARITO COMENTADO

1.

A questão apresenta o seguinte enunciado:
"Em direção à escola caminhavam 1 professor e 6 alunos. Cada aluno carregava 6 estojos e, em cada estojo havia 6 lápis."
E pede o total, de pessoas, estojos e lápis.
Pessoas: 1 professor + 6 alunos = 7
Estojos: 6 por aluno = 6 x6 = 36
Lápis: 6 por estojo = 6 x 36 = 216
216 + 36 + 7 = 259

GABARITO OFICIAL: D

2.

Sabemos que:
- Pedro e Paulo possuem, respectivamente, R$ 2.546,00 e R$ 3.748,00.
Precisamos identificar quanto Paulo deve dar a Pedro, para que fiquem com exatamente a mesma quantia.
Paulo possui R$ 1.202,00 a mais que Pedro (3.748,00 – 2.546,00 = 1.202,00)
Para que ambos fiquem com a mesma quantia, basta dividir o valor que Pedro tem a mais por 2 e repassar o valor correspondente ao resulta para Paulo.
1.202,00/2 = 601,00
Portanto, Paulo deve dar R$601,00 a Pedro.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Precisamos obter o resultado da operação 5 + 3 × 7 – 4
Para tanto é preciso lembrar que em uma equação sempre devemos obedecer a seguinte ordem para resolução: 1ª Raiz ou Potência, 2ª Multiplicação ou Divisão, 3ª Soma ou Subtração.
Neste caso vamos começar pela multiplicação:
5 + 3 x 7 - 4
5+21-4= 22

GABARITO OFICIAL: B

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

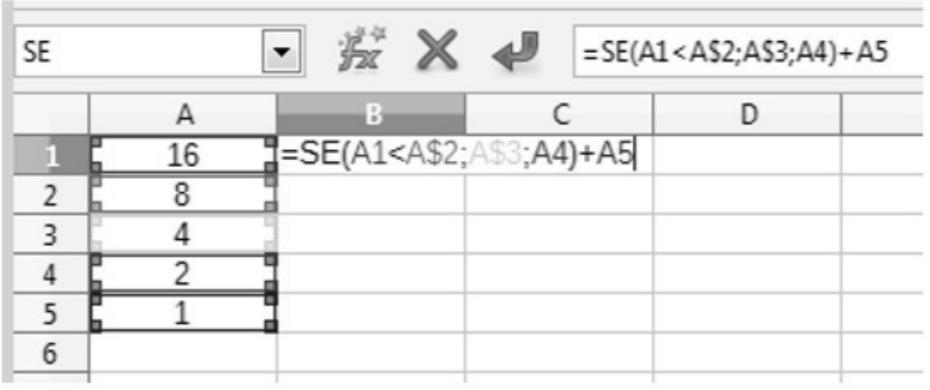
Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social.
Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008.
Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007.
Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004.
Trabalha com educação desde o ano de 2003.
Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina.
Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

SISTEMAS OPERACIONAS, LIBRE OFFICE, E-MAILS, HARDWARE

1. (COMPESA – ASSISTENTE – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – FGV – 2018) Um disco Blue Ray de uma camada (single layer) e tamanho padrão (12 cm) possui capacidade de armazenamento de, aproximadamente,

a) 1 TB.
b) 1,44 MB.
c) 4,7 GB.
d) 25 GB.
e) 700 MB.

2. (COMPESA – ASSISTENTE – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – FGV – 2018) Considere a figura a seguir, extraída do LibreOffice 5.0 Calc.



Note que a figura apresenta os valores numéricos das células A1:A5 e a fórmula na célula B1. Todas as outras células estão vazias.
Assinale a opção que indica o valor da célula B2, se a célula B1 for copiada para a célula B2 através de uma operação Ctrl+C e Ctrl+V.

a) 1
b) 2
c) 4
d) 8
e) 16

3. (COMPESA – ASSISTENTE – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – FGV – 2018) Para excluir um arquivo previamente selecionado no Windows Explorer, sem enviá-lo para a lixeira, o usuário do Windows deve utilizar

a) Alt+Delete

b) Ctrl+Alt+Delete
c) Ctrl+Delete
d) Ctrl+Shift+Delete
e) Shift+Delete

4. (COMPESA – ASSISTENTE – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – FGV – 2018) Considere a seguinte sequência de eventos, ordenada cronologicamente.

I. Usuário A envia um e-mail colocando o usuário B no campo "Para", o usuário C no campo "Cc" e o usuário D no campo "Cco";
II. O usuário B, ao receber o e-mail, utiliza a opção de "responder para todos" e acrescenta o usuário E no campo "Para".

Assinale a opção que indica os usuários que receberam o e-mail enviado por B.

a) A, somente.
b) A e E, somente.
c) A, C e E, somente.
d) A, D e E, somente.
e) A, C, D e E, somente.

GABARITO COMENTADO

1.

Disco blu-ray, também conhecido como BD (de Blu-ray Disc) é um formato de disco óptico com 12 cm de diâmetro e 1,2 mm de espessura (igual ao CD e ao DVD) para vídeo e áudio de alta definição e armazenamento de dados de alta densidade. É uma alternativa ao DVD e é capaz de armazenar filmes até 1080p Full HD de até 4 horas em compressão com perda de dados. Requer uma TV Full HD de LCD, plasma ou LED para explorar todo seu potencial. Sua capacidade varia de 25 GB (camada simples) a 50 GB (camada dupla).

GABARITO OFICIAL: D

2.

Se a fórmula for copiada da célula B1 para a célula B2, levando em consideração as referências absolutas e relativas presentes na fórmula, ela ficará como: =SE(A2<A$2;A$3;A5)+A6.

A sintaxe da função "SE" é: =SE(condição;valor_então;valor_contrario), e para o caso da fórmula da questão ficará:

- Condição: A2<A$2 → 8 < 8 (oito não é menor que oito)
- Valor_contrário → 1

O resultado da fórmula ficará como 1 + 0 = 1.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em *"a"* está incorreta, pois o atalho Alt+Delete não tem utilidade por padrão no sistema operacional Windows;

Em *"b"* está incorreta, pois o atalho Ctrl+Alt+Delete serve para acessar o gerenciamento de tarefas;

Em *"c"* está incorreta, pois o atalho Ctrl+Delete não tem utilidade por padrão no sistema operacional Windows;

Em *"d"* está incorreta, pois o atalho Ctrl+Shift+Delete não tem utilidade por padrão no sistema operacional Windows;

Em *"e"* está correta, pois o atalho Shift+Delete exclui um arquivo previamente selecionado sem enviá-lo para a Lixeira.

GABARITO OFICIAL: E

4.

O e-mail será recebido pelos usuários A, C e E, não será recebido pelo usuário B, pois ele agora é o remetente, também não será recebida pelo usuário D, pois este foi posto no campo "CCo" (cópia oculta) na mensagem enviada pelo usuário A, logo o usuário B não sabe que a mensagem foi recebida pelo usuário D.

GABARITO OFICIAL: C

NOVA CONCURSOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito
Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos
Empresária; Palestrante (área Desenvolvimento Pessoal / Atendimento e Vendas / Relações Comportamentais)

TEORIAS ADMINISTRATIVAS

1. (AL-RO – ASSISTENTE LEGISLATIVO – FGV – 2018) A função de controle pode ser exercida em diferentes momentos nos processos organizacionais, tendo em cada caso métodos distintos.
Considerando os processos envolvidos na realização de concurso público para a contratação de novos servidores públicos, promovido pela ALE-RO, é correto afirmar que esse tipo de controle é

a) preventivo.
b) simultâneo.
c) de feedback.
d) posterior.
e) de processo.

2. (AL-RO – ANALISTA LEGISLATIVO – TEORIA ADMINISTRATIVA – FGV – 2018) Leia a notícia a seguir.

"A automatização é certa e a substituição de humanos por softwares será rápida, sobretudo, em países mais desenvolvidos, como Japão, Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos. Estudo da PwC indica que até um terço dos postos de trabalho nestes países podem ser ocupados por robôs até 2030". Site da revista Superinteressante.
A mudança na sociedade causada pela evolução da tecnologia tem provocado impactos significativos nas organizações. Esse fato tem tornado o fenômeno da mudança organizacional cada vez mais recorrente, fazendo imprescindível a capacidade de as organizações conduzirem esse processo da forma eficiente e eficaz.
Em relação a esse processo de mudança organizacional, com referência no modelo proposto por Kurt Lewin, assinale a afirmativa correta.

a) O efeito do descongelamento representa o rompimento do estado estável inicial.
b) A força de resistência decorre da manifestação psicológica dos indivíduos da base da pirâmide.
c) O movimento em direção à mudança se consolida como resultado natural do congelamento.
d) A tendência de reestabelecimento do equilíbrio inibe a formação da homeostase organizacional.
e) A flutuação ao redor dos níveis de mudança impede que a reestruturação seja feita para mudar as regras institucionais.

3. (AL-RO – ANALISTA LEGISLATIVO – FGV – 2018) Na sessão de treinamento de um clube de futebol, um dos jogadores chega excessivamente atrasado, deixando o treinador enraivecido. Indignado com a situação, o treinador pede providências ao presidente do clube, que prontamente responde multando o jogador em vinte por cento de seu salário.

NOVA CONCURSOS

Assinale a opção que indica a teoria motivacional que considera a atitude do presidente como uma das técnicas adequadas para a mudança de comportamento.

a) Teoria do estabelecimento de objetivos.
b) Teoria ERC.
c) Teoria da equidade.
d) Teoria do Reforço.
e) Hierarquia das necessidades.

4. (MPE-AL – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FGV – 2018) A denominação Terceiro Setor está relacionada com o conjunto de organizações

a) de qualquer natureza, que têm, em sua missão, os valores de cooperação e de solidariedade.
b) internacionais, que atuam no setor terciário da economia.
c) empresariais, que atuam principalmente na prestação de serviços.
d) públicas ou privadas, que produzem bens públicos.
e) privadas sem fins lucrativos, que prestam serviços de caráter público.

GABARITO COMENTADO

1.

Como a questão não especificou a fase de que se trata, vamos analisar as alternativas partir do raciocínio de que, como se trata de um concurso para contratação, o foco do controle seja para que esse processo realmente aponte servidores com condições adequadas para desenvolver suas funções, de forma que seu conhecimento específico para a área possa ser comprovada através do concurso.

Em "*a*": Certo – Trata-se do controle praticado antes que o processo inicie.

Em "*b*": Errado – Trata-se do controle praticado durante a execução do processo.

Em "*c*": Errado – Trata-se de retorno da informação ou do processo. Também pode ser conhecido como controle posterior.

Em "*d*": Errado – Trata-se do controle praticado sobre os resultados, após a execução do processo.

Em "*e*": aqui poderíamos pensar no controle estatístico do processo, que também não se aplicaria no caso.

Portanto, dentro do contexto em que analisamos a questão, o controle mais indicado é o preventivo.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "*a*": Certo – Representa a "morte simbólica" da cultura organizacional, significa a percepção da necessidade de mudança.

Em "*b*": Errado – Não necessariamente dos indivíduos da base da pirâmide, muitas vezes, os indivíduos que ocupam cargos mais elevados na organização apresentam muito mais resistência de mudança do que aqueles que executam o operacional.

Em "*c*": Errado – Esse é o aspecto de internalização da fase Mudança.

Em "*d*": Errado – A homeostase já é uma habilidade de manter o meio interno em um equilíbrio quase constante.

Em "*e*": Errado – Essa flutuação é uma característica do aspecto da identificação da mudança, momento onde as pessoas percebem a eficácia de um novo comportamento.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em "*a*": Errado – Para Locke, as metas específicas para os funcionários aumentam o desempenho.

Em "*b*": Errado – A **teoria ERC** (existência, relacionamento e crescimento) afirma que o homem é motivado por três categorias de necessidades, ordenadas da seguinte forma: as necessidades de existência, as necessidades de relacionamento e as necessidades de crescimento.

Em "*c*": Errado – Percepção de um tratamento igual perante um comportamento ou uma ação na presença de uma determinada situação similar.

Em "*d*": Certo – Afirma que quando um comportamento é punido tende a não se repetir.

Em "*e*": Errado – Classifica os tipos de necessidades que os indivíduos possuem.

GABARITO OFICIAL: D

NOVA CONCURSOS

4.

Em "*a*": Errado – É constituído por organizações em fins lucrativo.
Em "*b*": Errado – Nacionais e internacionais.
Em "*c*": Errado – Organizações empresariais pertencem ao segundo setor.
Em "*d*": Errado – Não engloba organizações públicas e não produzem bens públicos.
Em "*e*": Certo – Organizações sem fins lucrativos, não-governamentais, que têm por objetivo gerar serviços de caráter público

GABARITO OFICIAL: E

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre o Autor

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE.
Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR.
Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno.
Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005.
Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público.
Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes.
Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos on-line e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (MPE-AL - ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - GESTÃO PÚBLICA – FGV - 2018)
Uma das maneiras de exercer a cidadania é realizando o controle social, que pode ser desempenhado por intermédio de

a) auditorias.
b) agências executivas.
c) assembleias legislativas.
d) sistemas de controle interno.
e) conselhos gestores de políticas públicas.

MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

2. (PREFEITURA DE NITERÓI – RJ - AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – CONTROLADORIA – FGV – 2018)
O modelo de Excelência da Gestão Pública foi uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de modernizar a Administração Pública. Sobre esse modelo, assinale a afirmativa correta.

a) Institui uma orientação centrada no mercado e na eficiência operacional.
b) Promove a lógica de sistemas fechados, compreendendo a administração pública holisticamente.
c) Estimula a estabilidade do servidor público, garantindo a contratação livre na administração indireta.
d) Fomenta a estatização de organizações em setores estratégicos, pautando-se no conceito de substituição de importações.
e) Direciona o setor público para a gestão por resultados, em busca da melhor utilização dos recursos.

3. (PREFEITURA DE SALVADOR – BA - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - SUPORTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL – FGV – 2017)
Considerando o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, a metodologia para gestão e mensuração do desempenho estabelece a cadeia de valor e seis dimensões do desempenho que permitem orientar a modelagem de indicadores para o acompanhamento da gestão.
Sobre essas dimensões, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Eficiência, eficácia e execução são dimensões referentes a esforço.
( ) Economicidade, excelência e execução são dimensões referentes a esforço.
( ) Efetividade, economicidade e excelência são dimensões referentes a esforço.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.
b) F, V e V.
c) V, F e F.
d) V, V e F.
e) F, F e V.

4. (CÂMARA DE SALVADOR – BA - ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL - GESTÃO DA QUALIDADE – FGV – 2018)
Ao ter a sua primeira edição elaborada em 2005, o "Modelo de Excelência em Gestão Pública" visava guiar a administração pública brasileira para uma gestão focada em resultados e orientada para:

a) o mercado;
b) o produto;
c) o agente político;
d) a impessoalidade;
e) o cidadão.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: As auditorias são inspeções e controles que ocorrem na organização e podem ser entendidos como interno ou externo.

Em *"b"*: Agência executiva é uma espécie de autarquia ou fundação que celebra contrato de gestão com a administração direta.

Em *"c"*: Assembleias legislativas não mais são que órgãos de representação do poder legislativo que reúne os nossos representantes (deputados estaduais).

Em *"d"*: Sistemas de controle interno pode ser entendido como um plano de uma organização no intuito de averiguar e verificar os dados sejam eles contábeis ou operacionais para um melhor desempenho organizacional.

Em *"e"*: Conselhos gestores de políticas públicas tem por composição o poder público e a sociedade e a sua finalidade é fazer com que a sociedade participe para elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*: A orientação está centrada no cidadão-cliente e voltada à qualidade na prestação dos serviços públicos.

Em *"b"*: Promove a lógica de sistemas abertos de maneira holística, ou seja, enxergando o todo e interagindo com o ambiente.

Em *"c"*: A contratação na administração pública indireta continua sendo por meio de concurso público.

Em *"d"*: Se pensarmos a respeito dos produtos e serviços a administração pública fomenta a desestatização.

Em *"e"*: O foco passa a ser os resultados e precisa estar em consonância com a ideia da eficiência, ou seja, utilização do recurso da forma correta.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Para uma organização é importante a mensuração do desempenho como forma de se orientar se está ou não no caminho certo, para isso utiliza-se os indicadores de desempenho. Uns ligados ao esforço e outros ligados aos resultados. Eficiência – Eficácia e Efetividade são dimensões referentes aos RESULTADOS. Economicidade – Excelência e Execução são referentes aos Esforços. Eficiência diz respeito a utilização do recurso da maneira correta. Eficácia é a ênfase dos resultados. Efetividade são ações que causam impacto, que geram satisfação aos clientes. Excelência é a conferência se está de acordo com os padrões de qualidade. Economicidade é o processo de medição para se verificar se obteve pelo menor ônus possível. Execução é a realização das tarefas.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

4.

O modelo de excelência em gestão pública trouxe grandes avanços e para melhoria da qualidade do serviço público como o próprio enunciado informa, uma gestão focada em resultados e orientada para o cidadão, pois o intuito é satisfazer as necessidades atendendo às suas expectativas. Qualidade são as características do produto ou serviço e que podem ser melhoradas de maneira contínua quando se tem diretrizes apropriadas para entregar cada vez mais um serviço adequado para o cidadão.

GABARITO OFICIAL: E

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Tatiana Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP.
MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP.
Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP.
Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio.
Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft.
Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC.
Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC.
Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

1. (ALERJ – ESPECIALISTA LEGISLATIVO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS – SUPERIOR – FGV – 2017) A elaboração do orçamento público é baseada em alguns princípios que servem como balizadores do formato e do conteúdo do orçamento.
A elaboração detalhada do orçamento, que expresse a origem dos recursos e sua aplicação em cada exercício está em consonância com o princípio da:

a) clareza;
b) especificação;
c) exclusividade;
d) publicidade;
e) transparência.

2. (MPE-RJ – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADMINISTRATIVA – SUPERIOR – FGV – 2016) Na elaboração do orçamento de um órgão da administração pública direta, os técnicos da área de planejamento estavam realizando o levantamento dos recursos financeiros que seriam obtidos pela entidade no próximo exercício, a fim de identificar prioridades de alocação.
Os técnicos decidiram não incluir uma das receitas na previsão de arrecadação, em decorrência da falta de comprovação de que esta seria de fato arrecadada no exercício. Essa decisão contrapõe o princípio orçamentário da:

a) anualidade;
b) especificação;
c) não afetação das receitas;
d) prudência;
e) universalidade.

3. (PREFEITURA DE CUIABÁ-MT – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL – SUPERIOR – FGV – 2016) Na Lei Orçamentária Anual do Município X não constou a previsão de todas as receitas, bem como a autorização de todas as despesas da administração direta e indireta, relativas aos três Poderes.
Assinale a opção que indica o princípio orçamentário violado na hipótese apresentada.

a) Princípio da Legalidade.
b) Princípio da Anualidade.
c) Princípio da Exclusividade.
d) Princípio da Publicidade.
e) Princípio da Universalidade.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Errado – Princípio da Clareza – O orçamento deve evidenciar seus quadros e planejamentos (de forma clara e compreensível), sem descuidar das exigências das técnicas orçamentárias.

Em *"b"*: Certo – O princípio orçamentário que determina o detalhamento das receitas e despesas, com vista ao maior controle das ações públicas, é o da especificação, discriminação ou detalhamento.

Em *"c"*: Errado – Princípio da Exclusividade – A lei orçamentária não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e a contratação de operações de créditos, inclusive por antecipação de receita.

Em *"d"*: Errado – Princípio da Publicidade – A lei orçamentária deve ser divulgada por meio dos mecanismos oficiais de comunicação e divulgação, para conhecimento do público e para eficácia da sua validade.

Em *"e"*: Errado – Princípio da Transparência – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6, CF).

GABARITO OFICIAL: B

2.

Em *"a"*: Errado – Princípio da Anualidade ou Periodicidade: obriga que a estimativa de receita e a fixação da despesa se limitem a um período definido no tempo, chamado exercício financeiro.

Em *"b"*: Errado – Também chamado de princípio da especialização ou da discriminação, este princípio indica que a receita e a despesa públicas devem constar do Orçamento com um satisfatório nível de especificação ou detalhamento, isto é, elas devem ser autorizadas pelo Legislativo não em bloco, mas em detalhe. Devendo, segundo a Lei nº. 4.320/64, discriminar a despesas no mínimo por elementos.

Em *"c"*: Errado – Princípio da Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas de Impostos: Segundo o inciso IV do art. 167 da CF/88 veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal, in verbis.

Em *"d"*: Errado – Princípio da Prudência é um princípio contábil.

Em *"e"*: Certo – Princípio da Universalidade – O princípio da universalidade está contido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64, na Emenda Constitucional nº 01/1969 e também no § 5º do art. 165 da Constituição Federal de 1988. Ele determina que o orçamento deve considerar todas as receitas e todas as despesas, e nenhuma instituição governamental deve ficar afastada do orçamento.

GABARITO OFICIAL: E

NOVA CONCURSOS

3.

Em *"a"*: Errado – Princípio da Legalidade – A Administração Pública só pode fazer o que a Lei manda ou autoriza.

Em *"b"*: Errado – Princípio da Anualidade – A LOA terá duração de um ano. Exceção: Abertura de créditos especiais ou extraordinários nos últimos quatro meses do ano.

Em *"c"*: Errado – Princípio da Exclusividade – Não poderá conter matéria estranha à fixação de despesas e previsão de receitas. Exceção: Abertura de créditos suplementares; e Contratação de Operações de créditos por ARO.

Em *"d"*: Errado – Princípio da Publicidade – Deve ser publicada, tornando-se pública, tendo em vista a necessidade de Transparência para prestação de contas.

Em *"e"*: Certo – Princípio da Universalidade – A LOA deverá prever todas as receitas e estimar todas as despesas.

GABARITO: OFICIAL E

NOVA CONCURSOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa "Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação".
Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário "Eurípides Soares da Rocha" – UNIVEM.
Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.
Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.
Professora dos Programas "Saber Direito" e "Direito sem Fronteiras", na TV Justiça, em Brasília/DF.
Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.
Advogada e consultora jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA) – FGV – 2018) Determinado Secretário Municipal de Educação, no dia da inauguração de nova escola municipal, distribuiu boletim informativo custeado pelo poder público, com os seguintes dizeres no título da reportagem: "Secretário do povo, Rico Ricaço, presenteia a população com mais uma escola". Ao lado da reportagem, havia foto do Secretário fazendo com seus dedos o símbolo de coração utilizado por ele em suas campanhas eleitorais. A conduta narrada feriu o princípio da administração pública da:

a) economicidade, eis que é vedada a publicidade custeada pelo erário dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ainda que tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social;
b) legalidade, pois a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ser precedida de prévia autorização legislativa, vedada qualquer promoção pessoal que configure favorecimento pessoal para autoridades ou servidores públicos;
c) moralidade, eis que a publicidade dos atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos, em que constarem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades públicas, para ser legal deve ser custeada integralmente com recursos privados;
d) publicidade, uma vez que a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ser feita exclusivamente por meio de publicação dos respectivos atos no diário oficial, para impedir promoção pessoal da autoridade pública;
e) impessoalidade, pois a publicidade em tela deveria ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de agentes públicos.

2. (MPE-AL – TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FGV – 2018) Após regular apuração, o Ministério Público constatou que o prefeito do Município Alfa divulgara um informativo, pago com recursos públicos, contendo nomes, símbolos e imagens de sua gestão com o nítido objetivo de promover sua imagem para as próximas eleições. Considerando a conduta do prefeito municipal, é correto afirmar que ela afronta, de modo mais intenso, o princípio administrativo da:

a) impessoalidade.
b) publicidade.
c) humildade.
d) autotutela.
e) eficiência.

NOVA CONCURSOS

3. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA) – FGV – 2018) Os órgãos públicos são centros de competência especializada criados por lei, sem personalidade jurídica, com escopo de garantir maior eficiência no exercício de suas funções. Nesse sentido, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma Câmara Municipal:

a) apesar de não ter personalidade jurídica própria, goza de capacidade processual para demandar em juízo, defendendo seus direitos institucionais;
b) apesar de não ter personalidade jurídica autônoma, goza de capacidade processual para demandar em juízo sobre qualquer assunto que seu Presidente decidir discricionariamente;
c) ostenta personalidade jurídica de direito público, como integrante da Administração Direta, e possui capacidade processual para demandar em juízo na defesa de seus interesses;
d) ostenta personalidade jurídica de direito público, como integrante da Administração Indireta, e possui capacidade processual para demandar em juízo na defesa de seus interesses;
e) ostenta personalidade jurídica de direito público, como integrante da Administração Direta, e possui capacidade processual para demandar em juízo sobre qualquer assunto que seu Presidente decidir discricionariamente.

4. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA) – FGV – 2018) O Governador do Estado Alfa convocou reunião com os presidentes das autarquias, das sociedades de economia mista e das empresas públicas, bem como com representantes das Secretarias de Estado e as estruturas da Chefia de Gabinete da Casa Civil, e determinou, dentre outras coisas, que, a partir daquela data, os entes da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito público deveriam apresentar dados quinzenais a respeito da atuação do respectivo ente. À luz da sistemática constitucional, dentre os participantes da reunião, somente são alcançadas pela determinação do Governador do Estado:

a) as autarquias;
b) as sociedades de economia mista e as empresas públicas;
c) as Secretarias de Estado;
d) as estruturas da Chefia de Gabinete da Casa Civil;
e) as empresas públicas.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*, não é ilícito que se gaste com verba de publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos, isto é, não ofende a economicidade o emprego de verbas para tanto.

Em *"b"*, não é ilícito que se gaste com verba de publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos, nem é preciso autorização legislativa para tanto, mas é de fato proibido o uso para favorecimento pessoal, que atenta contra a impessoalidade destas informações públicas.

Em *"c"*, não é imoral que se gaste com verba de publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos, até em respeito ao princípio da publicidade. A impessoalidade do ato de se utilizar tal publicidade para promover autoridades públicas é sim, imoral.

Em *"d"*, o objetivo da publicidade é fazer com que indivíduos tenham acesso à informação, o que aconteceu no exemplo, então foi respeitada a publicidade, sendo problemática a ausência de respeito à impessoalidade, pois a publicidade não pode servir para a promoção pessoal da autoridade pública.

Em *"e"*, nos termos do artigo 37, § 1o, CF, "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". Consubstancia-se o princípio da impessoalidade, pois não cabe aos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos serem divulgados de forma associada à imagem do governante.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*, em consonância com o artigo 37, § 1o, CF, "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". O uso de publicidade para promoção pessoal contraria o princípio da impessoalidade.

Em *"b"*, embora se verifique o uso indevido da publicidade, a deturpação se dá com o foco de pessoalidade na propaganda, restando notoriamente violada a impessoalidade.

Em *"c"*, a humildade não é princípio da administração (artigo 37, caput, CF).

Em *"d"*, a autotutela não é princípio constitucional da administração (artigo 37, caput, CF), mas apenas princípio implícito que autoriza a administração a anular e revogar seus próprios atos (súmula 473, STF), não se configurando no caso em tela.

Em *"e"*, embora um ato impessoal potencialmente possa ser ineficiente, não necessariamente o é. Ineficiente é o ato sem qualidade e economicidade.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

3.

Em *"a"*, nos moldes da súmula nº 525, STJ: "a Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais".

Em *"b"*, não pode demandar discricionariamente sobre qualquer assunto (súmula nº 525, STJ).

Em *"c"*, *"d"* e *"e"*, não tem personalidade jurídica e apenas pode demandar para defender seus direitos institucionais (súmula nº 525, STJ).

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em *"a"*, as autarquias são entes da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito público, conforme artigo 5o, I, Decreto-Lei nº 200/67.

Em *"b"* e *"e"*, as sociedades de economia mista e empresas públicas são entes da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito privado, conforme artigo 5o, II e III, Decreto-Lei nº 200/67.

Em *"c"* e *"d"*, os órgãos em questão pertencem às estruturas da administração direta e não são dotados de personalidade jurídica própria.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.
Bolsista CAPES/PROSUP.
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.
Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.
Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.
Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.
Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.
Advogado.
Consultor Jurídico.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO E ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Maria, Deputada Estadual, almejava apresentar um projeto de lei sobre direito financeiro, tendo constatado que competia à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria.
Com o objetivo de atuar de modo correto, solicitou que sua assessoria esclarecesse o alcance da competência estadual nesse caso.
Com embasamento na sistemática constitucional, a assessoria informou, corretamente, que o Estado, nesse tipo de matéria:

a) pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal;
b) enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria, possui competência plena;
c) somente pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União;
d) revogará as normas gerais da União ao editar normas específicas;
e) somente pode editar as normas de interesse local;

DIREITOS SOCIAIS

2. (TJ-SC – OFICIAL DA INFANCIA E DA JUVENTUDE – FGV – 2018) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.
À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;
b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

3. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁEREA JUDICIÁRIA – FGV – 2018) O Tribunal de Justiça do Estado Beta encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la.
À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o entendimento do Chefe do Poder Executivo está:

a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo;
b) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo;
c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo;
d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça;
e) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "*a*", Não pode-se legislar livremente.
Em *"b"*, Em concordância com o Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
Em *"c"*, Só pode legislar enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria.
Em *"d"*, Não haverá revogação, apenas a não aplicação.
Em *"e"*, não há previsão sobre este fato.

GABARITO OFICIAL: B

2.

A decisão da Prefeitura impede a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria, tendo em vista a limitação a plena realização dos direitos prestacionais, ou seja, o custo especialmente oneroso para sua realização somada à escassez de recursos orçamentários (reserva do possível), bem como, tratar-se de normas programáticas. Isto é, sendo totalmente inaplicável as assertivas "*A*", *B*", "*C*" e "*D*" a este caso concreto.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Em *"a"*, De acordo com o Art. 99, da CF, Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira. § 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
Em *"b"*, Não esta parcialmente correto o caso do enunciado, bem como, o Poder legislativo, possui sim legitimidade e autonomia.
Em *"c"*, Não esta parcialmente correto o caso do enunciado e encaminha ao Poder Executivo e não Legislativo.
Em *"d"*, Não esta parcialmente correto o caso do enunciado, bem como, não é para o CNJ que encaminha, e sim para o Poder Executivo.
Em *"e"*, O enunciado esta totalmente errado e não certo, bem como é o poder judiciário quem realiza a proposta orçamentária e encaminhadas ao Poder Executivo.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITOS HUMANOS

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO NACIONAL

1. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – FGV – 2018) O Presidente da República celebrou tratado internacional no qual os Estados celebrantes se comprometiam a oferecer condições adequadas, no ambiente prisional, às mulheres grávidas que se encontrassem presas. Esse tratado foi aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e regularmente promulgado na ordem jurídica interna.
À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado é equivalente:

a) ao ato infralegal, pois a sua promulgação na ordem interna se dá por meio de decreto;
b) à lei ordinária, pois todo tratado internacional possui essa natureza jurídica;
c) ao ato nulo, pois somente o Senado Federal possui competência para aprovar tratado internacional;
d) à emenda constitucional, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas;
e) à lei complementar, desde que aprovado pela maioria absoluta dos membros das Casas.

2. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV – 2018) A República Federativa do Brasil, pelo órgão competente, assinou determinada Convenção Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Ato contínuo, a Convenção foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Por fim, após o depósito do instrumento de ratificação, foi promulgada na ordem interna pelo Presidente da República.
À luz da sistemática constitucional, a referida Convenção, na ordem jurídica interna, tem natureza jurídica equivalente:

a) à emenda constitucional;
b) à lei ordinária;
c) à lei complementar;
d) à lei delegada;
e) ao decreto autônomo.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Errado – Os tratados internacionais que tratarem de direitos humanos, em regra, quando aprovados e incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, adquirem status de norma supralegal, o que significa que está acima das leis, mas abaixo da Constituição Federal. Tal regra comporta exceções.

Em *"b"* e *"e"*: Errado – Os tratados internacionais em geral, ao serem incorporados pelo ordenamento jurídico, adquirirem status de lei ordinária. Porém, a questão trata claramente de matéria relacionada aos direitos humanos, o que significa que tal tratado adquire status de norma supralegal.

Em *"c"*: Errado – Segundo o art. 84, VIII, da CF/1988, compete ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Em *"d"*: Certo – A alternativa faz referência à regra especial contida no art. 5º, § 3º, da CF/1988, que assim dispõe: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais"

GABARITO OFICIAL: D

2.

Em *"a"*: Certo – É o texto do art. 5º, § 3º, da CF/1988.

Em *"b"*: Errado – Os tratados só podem ser incorporados como lei ordinária se não versarem sobre direitos humanos, o que não é o caso da questão.

Em *"c"* e *"d"*: Errado – Os tratados internacionais que versarem sobre direitos humanos somente poderão ser incorporados sob duas formas: como norma supralegal, se aprovado por quórum simples, ou como emenda constitucional, se aprovado pelo quórum qualificado disposto no § 3º do art. 5º da CF1988.

Em *"e"*: Errado – Os tratados internacionais nunca são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro como decretos autônomos.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

PROTEÇÃO SOCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL

1. (MPE-BA – ANALISTA TÉCNICO – SERVIÇO SOCIAL – FGV – 2017) Janine é uma jovem estudante universitária. Ela caiu e quebrou o fêmur, sendo obrigada a usar gesso na perna inteira. Ela gostaria de continuar frequentando as aulas, mas a sala em que estuda fica no segundo andar de um prédio que não possui rampa ou elevador.
Nesse caso, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a universidade deve:

a) esclarecer à aluna que uma perna quebrada não caracteriza deficiência ou mobilidade reduzida;
b) fornecer muletas ou equipamento similar, de modo que a aluna possa se locomover;
c) designar um funcionário para ajudar a aluna a subir e descer as escadas;
d) enviar o conteúdo das aulas e exercícios para o domicílio da aluna, para que ela possa acompanhar o curso;
e) providenciar uma sala de aula no térreo até que a condição de acessibilidade da aluna seja resolvida.

2. (MPE-BA – ANALISTA TÉCNICO – SERVIÇO SOCIAL – FGV – 2017) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência é considerado crime, cuja pena é:

a) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa;
b) multa, dobrando-se o valor do bem ou rendimento apropriado;
c) prestação de serviços comunitários por prazo não inferior a 1 (um) ano;
d) reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos;
e) recolhimento ou busca e apreensão dos bens ou valores apropriados.

3. (DPE-MT – ASSISTENTE SOCIAL – FGV – 2015) A Lei Paulo Delgado (Lei nº 10.216/2001) representou uma importante conquista para a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais e para o modelo assistencial em saúde mental. Nela, há a determinação clara de que a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.
Nesse sentido, sobre os tipos de internação psiquiátrica, analise as afirmativas a seguir.

I - Internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário.
II - Internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
III - Internação compulsória: aquela que é determinada pela Justiça.

Assinale:

a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
c) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
d) se somente a afirmativa III estiver correta.
e) se somente a afirmativa I estiver correta.

4. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE – ASSISTENTE SOCIAL – FGV – 2013) Sobre os direitos assegurados à pessoa com deficiência, assinale a afirmativa correta.

a) O reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência está relacionado à sua condição social, não tendo pois caráter universal.
b) A pessoa com deficiência tem direito ao Benefício de Prestação Continuada, independente de suas condições econômicas e sociais.
c) A reserva de empregos para pessoas com deficiência é de responsabilidade das empresas, devendo manter uma relação com seu lucro financeiro anual.
d) As pessoas com deficiência, no caso de concursos públicos, estão isentas de determinadas fases do processo em virtude do tipo de deficiência.
e) A deficiência, para efeito de benefício social, deverá ser comprovada por laudo de equipe multidisciplinar do SUS, do INSS ou de entidade reconhecida.

LEGISLAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) A edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, constitui importante passo para inclusão das pessoas com deficiência, para efetivação do princípio da igualdade material, bem como para o fortalecimento e evolução do Estado Democrático de Direito.
De acordo com o mencionado diploma legal, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

a) celeridade no andamento dos processos administrativos em geral, nas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exceto para fins de recebimento de restituição de imposto de renda;
b) atendimento em todas as instituições e serviços médicos ao público, inclusive sendo dispensada a observância aos protocolos de atendimento médico, em situação de serviços de emergência públicos e privados;
c) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, com prazo máximo de cinco dias para obter informações e documentos em órgãos públicos;
d) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal;
e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Errado – Segundo o art. 2º da Lei nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Dessa forma, uma perna engessada, por dificultar a mobilidade da aluna, faz com que ela seja considerada pessoa com mobilidade reduzida.

Em *"b"*: Errado – O fornecimento de equipamentos para atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é apenas obrigatório para os centros comerciais e estabelecimentos congêneres, conforme dispõe o art. 12-A, da Lei nº 10.098/2000.

Em *"c"*: Errado – Não há previsão de obrigatoriedade de designação de funcionário para auxiliar a pessoa com mobilidade reduzida no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Em *"d"*: Errado – Não há previsão de obrigatoriedade de enviar o conteúdo das aulas e exercícios para o domicílio da aluna no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Em *"e"*: Certo – Segundo o art. 3º da Lei nº 13.146/2015, o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, percebe-se que a solução mais adequada é garantir que a aluna possa frequentar as aulas, havendo uma sala apropriada no térreo até que a condição de acessibilidade da aluna seja resolvida.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*: Certo – É o texto do art. 89, caput, da Lei nº 13.146/2015.

Em *"b"*: Errado – Não há previsão de aumento da multa devida como penalidade por apropriação indevida de bens ou rendimentos de pessoa com deficiência.

Em *"c"*: Errado – O Estatuto da Pessoa com Deficiência não prevê a prestação de serviços comunitários como sanção.

Em *"d"*: Errado – A pena de reclusão é de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Em *"e"*: Errado – O Estatuto da Pessoa com Deficiência não prevê o recolhimento ou busca e apreensão dos bens ou valores apropriados como sanção.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Afirmativa "I": Verdadeira – A internação voluntária está prevista no art. 6º, par. único, I, da Lei nº 10.216/2001.

Afirmativa "II": Verdadeira – A internação involuntária está prevista no art. 6º, par. único, II, da Lei nº 10.216/2001.

Afirmativa "III": Verdadeira – A internação compulsória está prevista no art. 6º, par. único, III, da Lei nº 10.216/2001.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

4.

Em *"a"*: Errado – Segundo o art. 2º do Dec. 3.298/1999, cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. O reconhecimento de tais direitos possui caráter universal, mas não está associada à sua condição pessoal.

Em *"b"*: Errado - O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (art. 20, Lei nº 8.742/1993).

Em *"c"*: Errado – Apenas as empresas com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, conforme dispõe o art. 36 do Dec. 3.298/1999.

Em *"d"*: Errado – Segundo o art. 1º do Decreto nº 9.508/2018, fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever, no âmbito da administração pública federal direta e indireta e em igualdade de oportunidade com os demais candidatos. Não há a previsão de isenção de determinadas fases.

Em *"e"*: Certo - A deficiência será comprovada por intermédio da apresentação de Laudo de Avaliação (Anexo III) expedido pelo serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS ou dos Centros e Núcleos de Reabilitação Profissional do INSS ou de entidades ou organizações de reconhecida competência técnica (item 5.1.2.1, Resolução INSS/PR nº 435/1997).

GABARITO OFICIAL: E

5.

Em *"a"*: Errado – A pessoa com deficiência somente terá prioridade quanto ao trâmite de processo administrativo ou judicial em que for parte ou interessada, nos termos do art. 9º VII, da Lei nº 13.146/2015.

Em *"b"*: Errado – Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico (art. 9º, § 2º, Lei nº 13.146/2015).

Em *"c"*: Errado – O Estatuto da Pessoa com Deficiência não prevê prazo máximo para obter informações e documentos em órgãos públicos (art. 9º, III, Lei nº 13.146/2015).

Em *"d"*: Errado - Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal (art. 9º, § 1º, Lei nº 13.146/2015).

Em *"e"*: Certo – É o texto do art. 9º, VII e § 1º, da Lei nº 13.146/2015.

GABARITO OFICIAL: E

NOVA CONCURSOS

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

NOÇÕES GERAIS DE ÉTICA E MORAL

1. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV – 2018) Código de valores que norteiam a conduta de um indivíduo, bem como suas decisões e escolhas, fazendo com que esse indivíduo seja capaz de julgar o que é certo ou errado.
Trata-se da definição de:

a) altruísmo;
b) egoísmo;
c) consenso;
d) participação;
e) moralidade.

2. (PREFEITURA DE SALVADOR-BA – TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – FGV – 2017) Sobressair-se devido às suas qualidades é muito mais interessante do que assumir comportamentos antiéticos, como menosprezar o trabalho de colegas, roubar ideias ou mentir.
A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I - A Ética pode ser entendida como um conjunto de princípios que fundamentam a conduta humana, com base em valores individuais ou coletivos.
II - A conduta ética gera reflexos positivos, na medida em que aumenta a produtividade, estimula a harmonia no ambiente de trabalho e ajuda no desenvolvimento profissional.
III - O Código de Ética é uma importante ferramenta de orientação quanto à moral e à conduta, sendo dever do funcionário público agir segundo seus princípios.

Está correto o que se afirma em:

a) II, apenas.
b) I e II, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

3. (COMPESA – ASSISTENTE DE SANEAMENTO E GESTÃO – FGV – 2018) Relacione os conceitos fundamentais da ética com suas respectivas definições.

1. Moralidade
2. Subsidiaridade
3. Eticidade

( ) Conjunto de valores institucionais, onde há identidade da vontade universal e particular e uma coincidência entre deveres e direitos.

( ) Princípio que se volta ao respeito às relações entre os níveis de concentração de poder e os interesses sociais a serem satisfeitos.
( ) Código de valores capaz de guiar a conduta do homem e suas respectivas escolhas e decisões.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 1, 2 e 3
b) 1, 3 e 2
c) 2, 1 e 3
d) 3, 1 e 2
e) 3, 2 e 1

4. (FIOCRUZ – ASSISTENTE TÉCNICO DE GESTÃO EM SAÚDE – FGV – 2010) Com relação ao tema ética pública, analise as afirmativas a seguir:

I - O servidor público deve resistir às pressões de superiores hierárquicos que visem obter quaisquer favores ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas.
II - O servidor público deve ter respeito e temor à hierarquia, comunicando imediatamente aos seus superiores todo ato contrário ao interesse público, sem, no entanto, exigir as providências cabíveis. III - O servidor público deve omitir à pessoa interessada informações contrárias ao interesse da Administração Pública.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.
b) se somente a afirmativa II estiver correta.
c) se somente a afirmativa III estiver correta.
d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

5. (PREFEITURA DE CUIABÁ-MT – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – FGV – 2015) Segundo os princípios éticos e da cidadania, assinale a afirmativa correta.

a) O servidor público deve proceder de forma diligente no exercício de sua função.
b) O servidor público pode ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização.
c) O servidor público pode recusar fé a documentos públicos.
d) O servidor público pode opor resistência injustificada ao andamento de um documento.
e) O servidor público pode coagir os subordinados no sentido de filiarem-se a um partido político.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Errado - Altruísmo é um tipo de comportamento encontrado em seres humanos e outros seres vivos, em que as ações voluntárias de um indivíduo beneficiam outros. Muito relacionado à ideia de filantropia.

Em *"b"*: Errado – Egoísmo é o hábito ou a atitude de uma pessoa colocar seus interesses, opiniões, desejos, necessidades em primeiro lugar, em detrimento do ambiente e das demais pessoas com que se relaciona. É o oposto do altruísmo.

Em *"c"*: Errado - Consenso é um conceito que descreve um tipo de acordo produzido por consentimento entre todos os membros de um grupo ou entre vários grupos. É sinônimo de senso comum.

Em *"d"*: Errado - Participação é a atividade que a pessoa (aluno, ou funcionário de uma empresa) realizou durante a execução de uma tarefa.

Em *"e"*: Certo – Conforme dispõe o item III do Decreto nº 1.171/1994, A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. A moralidade apresenta-se mais ligada a ideia de código de valores de cada indivíduo, de modo que este pode utilizar-se da moralidade para decidir sobre o que é certo ou errado.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Item "I": Certo – Ética pode ser compreendida como o conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.

Item "II": Certo – Atualmente cada vez mais empresas e órgãos vêm admitindo valores éticos e morais na execução de seus objetivos, uma vez que, além de harmonizar o meio ambiente de trabalho e ajudar no desenvolvimento profissional de cada indivíduo, tais empresas que adotam padrões éticos são bem vistas no mercado, o que a tornam mais suscetíveis de realizarem negócios lucrativos a longa data.

Item "III"; Certo – Dispõe o item I do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética dos Servidores Públicos Federais) que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

GABARITO OFICIAL: E

3.

A primeira frase condiz com o conceito de eticidade, que expressa a qualidade do que é ético e moral, caracterizando alguém que age dessa forma.

NOVA CONCURSOS

A segunda frase traduz-se no conceito de subsidiariedade, pois se relaciona com o auxílio disponibilizado para ajudar pessoas ou instituições com problemas financeiros.

A terceira frase, por eliminação, diz respeito à moralidade, que se refere a um código moral concreto e universal utilizado por qualquer pessoa para tomar suas decisões e fazer suas escolhas.

GABARITO OFICIAL: E

4.

Item "I": Certo – É o texto do item XIV, i, do Decreto nº 1.171/1994.

Item "II": Errado – O servidor público deve ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, na forma do item XIV, h, do Decreto nº 1.171/1994.

Item "III"; Errado – Segundo o item VIII do Decreto nº 1.171/1994, toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em *"a"*: Certo – Constitui em dever fundamental do servidor público, nos termos do item XIV, b, do Decreto nº 1.171/1994, exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

Em *"b"*: Errado - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas (item XII, Decreto nº 1.171/1994).

Em *"c"*: Errado – Nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 8.027/1990, recusar fé a documento público é considerado falta administrativa, punível com a pena de advertência por escrito.

Em *"d"*: Errado – Segundo o art. 4º, II, da Lei nº 8.027/1990, opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço é considerado falta administrativa, punível com a pena de suspensão de até noventa dias.

Em *"e"*: Errado – Nos termos do art. 117, VII, da Lei nº 8.112/1990, ao servidor é proibido coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

DIREITO DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.
Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.
Advogada.
Consultora jurídica.

TRABALHO NOTURNO

1. (COMPESA – ANALISTA DE GESTÃO – FGV – 2018) O trabalho noturno, em função da sua penosidade, possui algumas peculiaridades previstas na legislação trabalhista brasileira.
Para efeitos legais, salvo algumas exceções previstas, nas atividades urbanas é considerado trabalho noturno aquele que se realiza entre:

a) 22.00h e 06.00h.
b) 21.00h e 05.00h.
c) 23.00h e 05.00h.
d) 23.00h e 06.00h.
e) 22.00h e 05.00h.

DESCANSO NO TRABALHO: REPOUSO ANUAL (FÉRIAS) E SEMANAL

2. (COMPESA – ANALISTA DE GESTÃO – FGV – 2018) Conforme a legislação trabalhista brasileira, o repouso semanal remunerado é:

a) obrigatório desde que previsto no contrato.
b) obrigatório e compulsoriamente aos domingos.
c) opcional e exclusivamente aos domingos.
d) opcional e preferencialmente nos finais de semana.
e) obrigatório e preferencialmente aos domingos.

3. (TRT 12ª - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FGV – 2017) A empresa Alfa S.A. informou a todos os empregados, por meio de comunicação interna e cartazes no estabelecimento, que concederá férias coletivas de 30 dias a todos.
À luz da legislação em vigor, é correto afirmar que:

a) as férias coletivas poderão ser fracionadas em 3 períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias;
b) somente se estiver previsto em norma coletiva é que poderá haver concessão de férias coletivas;
c) o empregador em tela precisa informar acerca do início e fim das férias ao Ministério do Trabalho e ao sindicato dos empregados com antecedência mínima de 15 dias;
d) por determinação legal, mesmo nas férias coletivas, um dos setores da empresa precisa continuar funcionando para receber eventual visita da fiscalização do Trabalho;
e) a CLT prevê que, em havendo concessão de férias coletivas, serão os empregados, excepcionalmente, que marcarão o período de férias.

GABARITO COMENTADO

1.

Em*"a"*, art. 73, § 2º da CLT: "considera-se noturno o trabalho executado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte".
Em *"b"*, trata-se de horário noturno rural na lavoura, art. 7º, caput, Lei n. 5.889/73.
Em "c "e *"d"*, vide comentário letra *"a"* e letra *"b"*.
Em *"e"*, art. 73, § 2º da CLT.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*, o repouso semanal obrigatório é assegurado a todo empregado, independente da previsão em contrato, art. 67 da CLT.
Em *"b"*, ocorrerá o repouso semanal, preferencialmente nos domingos, art. 7º, XV da CF.
Em *"c"*, é obrigatório e preferencial quanto ao dia da semana.
Em *"d"*, é obrigatório e preferencialmente nos domingos, art. 7º, XV, da CF.
Em *"e"*, art. 7º, XV da CF e art. 67 da CLT.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Em *"a"*, as férias coletivas poderão ser fracionadas em 2 (dois) períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos, art. 139, caput E § 1º da CLT.
Em *"b"*, não é necessário a previsão em norma coletiva para concessão de férias coletivas, art. 139 da CLT.
Em *"c"*, art. 139, § 2º CLT.
Em *"d"*, versa o art. 139 que "Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa (...)".
Em *"e"*, quem decide o período das férias coletivas é o empregador.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.
Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.
Advogada.
Consultora jurídica.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. (PREFEITURA DE SALVADOR-BA – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II – DIREITO – FGV – 2017) As situações listadas a seguir são da competência da Justiça do Trabalho, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Ação envolvendo interdito proibitório manejado no bojo de uma greve deflagrada em uma empresa privada.
b) Execução da parcela denominada RAT, que é inserida na cota previdenciária.
c) Ação na qual um empregado postula do empregador indenização por dano estético oriundo de acidente do trabalho ocorrido em 2016.
d) Reclamação de servidor público relativa a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.
e) Ação na qual um arquiteto, que é profissional liberal, cobra honorários tratados e não pagos por seu cliente.

2. (TRT 12ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FGV – 2017) Carolina foi contratada em Florianópolis pela empresa Empreendimentos S.A., que promove suas atividades em diversas cidades do território nacional, organizando eventos corporativos. Depois de três anos de prestação de serviços, Carolina foi dispensada sem pagamento de suas verbas resilitórias.
Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação trabalhista, que:

a) a demanda trabalhista deve ser proposta apenas em Florianópolis, local da contratação;
b) a lei preconiza que Carolina pode ajuizar ação trabalhista no local que lhe for mais conveniente para dar-lhe acesso à justiça;
c) a reclamação trabalhista deverá ser dividida em tantos quantos forem os locais da prestação de serviços, e cada qual terá a sua fração de competência temporal;
d) a ação trabalhista pode ser ajuizada no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços;
e) Carolina precisa ajuizar ação na localidade em que, majoritariamente, tenha prestado o seu serviço.

3. (TRT 12ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FGV – 2017) Thamires é uma criança de 10 anos muito bonita e talentosa. Em razão disso, foi convidada para participar de uma novela em famosa emissora de televisão, incorporando a filha da personagem principal da trama, que interpretará uma senadora da república. Para isso Thamires, diante de sua pouca idade, precisa de uma autorização judicial para a participação na desejada novela.
De acordo com a CLT, Thamires, representada por seus pais, deverá requerer a autorização da Justiça:

a) Estadual;
b) Eleitoral;
c) do Trabalho;
d) Militar;
e) Federal comum.Parte inferior do formulário

DISSÍDIO INDIVIDUAL E COLETIVO

4. (PREFEITURA DE SALVADOR-BA – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II – DIREITO – FGV – 2017) Em uma reclamação trabalhista que tramita perante a 90ª Vara do Trabalho de Salvador, a sentença foi prolatada e, enquanto se aguardava a apreciação do recurso interposto pela sociedade empresária, as partes chegaram a um acordo nos seguintes termos: pagamento de R$ 5.000,00 e transferência de propriedade de um telefone celular corporativo para o reclamante, que tem 22 anos de idade e mantinha-se na posse do bem, pois não o havia devolvido ao empregador quando da ruptura contratual. Desse modo, as partes apresentaram petição conjunta ao juiz, requerendo a homologação do acordo.
Considerada esta narrativa, os termos da CLT e o entendimento consolidado pelo TST, assinale a afirmativa correta.

a) O acordo pretendido é impossível, porque a sentença já foi prolatada, e qualquer acordo somente pode ser homologado antes dela, sob pena de violação da coisa julgada.
b) O acordo somente poderá ser homologado, se for o caso, após parecer favorável do Ministério Público do Trabalho, pois envolve transferência de propriedade.
c) O juiz pode homologar o acordo proposto pelas partes desde que também esteja de acordo com os seus termos.
d) A CLT veda a homologação de acordo que envolva objetos, somente sendo possível para a entrega de numerário, daí porque não é possível a transferência de propriedade de celular pela Justiça.
e) O magistrado é obrigado a homologar o acordo desejado pelas partes, que poderão impetrar mandado de segurança em caso de negativa do juiz. Parte inferior do formulário

5. (TRT 12ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FGV – 2017) Feito o pregão da 1ª audiência movida por Jorge contra a empresa Flor do Campo Ltda., ambas as partes restaram ausentes.
A hipótese que retrata a consequência jurídica cabível é:

a) o feito prosseguirá normalmente e será sentenciado;
b) o processo será arquivado;
c) haverá revelia mas não confissão fática;
d) a audiência deverá ser remarcada;
e) será aplicada a revelia.

GABARITO COMENTADO

1.

Em"a", Súmula Vinculante n. 23.
Em "b", Súmula 454 do TST.
Em "c", Súmula Vinculante n. 22.
Em "d", OJ – 138 SDI -1 do TST.
Em"e", a hipótese em questão, trata-se da incidência da Súmula 363 do STJ: "Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente".

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em "a", a alternativa é contrária a regra geral de competência territorial prevista no art. 651 da CLT: "é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro".
Em "b", Carolina encontra-se em uma das hipóteses de exceção à regra geral da CLT (caput , art. 651). Neste sentido, o § 3º atribui-lhe duas hipóteses onde Carolina poderá apresentar reclamação trabalhista.
Em "c", não existe tal previsão, art. 651 da CLT.
Em "d", Carolina promove atividades fora do lugar do contrato de trabalho, aplica-se, portanto, o art. 651, § 3º da CLT.
Em "e", tal hipótese não é prevista na CLT (art. 651).

GABARITO OFICIAL: D

3.

Em "a", art. 406 da CLT, a competência caberá ao Juiz da Infância e da Juventude.
Em "b", não há o que se falar em Justiça Eleitoral (Código Eleitoral – Lei 4.737/1965).
Em "c", ainda que seja o assunto proveniente de relação trabalhista (art. 114, I da CLT), Thamires, enquadra-se na exceção prevista no art. 406 da CLT, em razão da necessidade de maior proteção conferida ao menor de idade.
Em "d", não há o que se falar em Justiça Militar, art. 121 da CF.
Em "e", incabível a competência da Justiça Federal comum, art. 109 da CF.

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em "a", não obstante estabeleça a CLT momentos específicos para tentativa de conciliação (exemplo: art. 846 e art. 850), não há qualquer vedação normativa quanto à realização de acordo após a prolação de sentença. No mais, sem o trânsito em julgado da decisão não há o que se falar em coisa julgada, art. 508, NCPC.
Em "b", não há previsão legal desta exigência.

NOVA CONCURSOS

Em “c”, a alternativa encontra-se de acordo com a interpretação conjunta do art. 764 da CLT e da Súmula 418 do TST.
Em “d”, a legislação processual trabalhista não normatiza tal vedação.
Em “e”, conforme estabelece a Súmula 418 do TST, é incabível mandado de segurança contra decisão que nega homologação de acordo.

GABARITO OFICIAL: C

5.

Em “a”,vide comentário letra “b”.
Em “b”, art. 844 da CLT
Em“c”, o efeito da revelia é cabível na ausência do reclamado, havendo também confissão quanto a matéria de fato, art. 844 da CLT.
Em “d”, nos termos do § 1º do art. 844, apenas no caso de motivo relevante o juiz poderá suspender o julgamento e remarcar a audiência.
Em “e”,vide comentário letra “c”.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).
Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.
Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.
Professora especializada.

LINDB

1. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Após regular tramitação na Assembleia Legislativa, lei que fixava o novo salário mínimo estadual foi publicada no Diário Oficial de Santa Catarina do dia 02. Verificando-se que do texto da lei não constou o valor correto aprovado pelo Legislativo, foi providenciada nova publicação corretiva da lei, o que ocorreu no dia 03. Considerando que não foi designada data para vigência da lei, o novo salário passa a vigorar:

a) a partir do dia 02;
b) a partir do dia 03;
c) 45 dias após a publicação do dia 02;
d) 30 dias após a publicação do dia 03;
e) 45 dias após a publicação do dia 03.

2. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – FGV – 2018) Até 07 de abril de 2017, vigorava, no Município X, a Lei 01, que estipulava em trinta dias prazo para interposição de recursos à própria administração municipal contra atos praticados por seus servidores. Na referida data, entrou em vigor a Lei 02, que alterou o referido prazo para quarenta dias e revogou, neste ponto, a Lei 01. Contudo, atendendo a pleito local, o Município editou a Lei 03, de 07 de março de 2018, com o seguinte e único texto: "Art. 1º: Revoga-se Lei 02". Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

a) no dia da publicação da Lei 03, a Lei 01 volta a vigorar;
b) trinta dias após a publicação da Lei 03, a Lei 01 retorna a vigorar;
c) quarenta e cinco dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar;
d) no dia da publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar;
e) trinta dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: antes de entrar a lei em vigor – O prazo começará a correr da nova publicação.

Em *"b"*: o texto de lei já em vigor – Considera-se lei nova. Uma lei entra em vigência a partir do instante em que ela é publicada em Diário Oficial. Contudo, pode ser que um diploma legislativo esteja vigente, mas não entre em vigor. O período entre esses dois termos é chamado vacatio legis.

Em *"c"*: parágrafo 3º, do art. 1º, da LINDB, o prazo para entrada em vigor da lei estadual será o geral de 45 dias (por não haver previsão diversa), mas terá como início de vigência a sua nova publicação (dia 03).

Em *"d"*: se a lei não se manifestar, a regra é 45 dias depois da publicação.

Em *"e"*: uma lei entra em vigor, salvo previsão em contrário, 45 dias após o início da sua vigência (art. 1º, da LINDB). No caso, pela força do parágrafo 3º, do art. 1º, da LINDB, o prazo para entrada em vigor da lei estadual será o geral de 45 dias (por não haver previsão diversa), mas terá como início de vigência a sua nova publicação (dia 03).

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*: a Lei 01 não volta a vigorar uma vez que não há disposição expressa na Lei 03 restaurando a Lei 01. Não há repristinação tácita, pois a repristinação é exceção no direito brasileiro, devendo haver disposição expressa para sua aplicação.

Em *"b"*: a Lei 01 não volta a vigorar uma vez que não há disposição expressa na Lei 03 restaurando a Lei 01. Não há repristinação tácita, pois a repristinação é exceção no direito brasileiro, devendo haver disposição expressa para sua aplicação.

Em *"c"*: quarenta e cinco dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar, que é o prazo de vacatio legis da Lei 03.

Em *"d"*: quarenta e cinco dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar, que é o prazo de vacatio legis da Lei 03, não havendo outro prazo trazido pela Lei 03.

Em *"e"*: quarenta e cinco dias após a publicação da Lei 03, a Lei 02 deixa de vigorar, que é o prazo de vacatio legis da Lei 03.

GABARITO OFICIAL: C

NOVA CONCURSOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).
Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.
Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. (AL–RO – ANALISTA LEGISLATIVO – PROCESSO LEGISLATIVO – FGV – 2018) Acerca do cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia em face da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

a) A Fazenda Pública será citada na pessoa de seu representante judicial, para o cumprimento de sentença.
b) A Fazenda Pública poderá ofertar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 dias.
c) Caso não seja cumprida a obrigação no prazo de 15 dias da ciência do cumprimento da sentença, incidirá multa de 10% sobre o total do débito.
d) Não incidirão honorários de execução nos cumprimentos de sentença, em face da Fazenda Pública.
e) Tratando-se de impugnação parcial ao cumprimento de sentença, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

2. (TJ–SCP – OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR – FGV –2018) Manoel foi condenado, por sentença judicial transitada em julgado, a pagar prestação alimentícia de um salário mínimo em favor de seu filho incapaz, Joaquim. Após ficar inadimplente por 3 meses, foi requerido o cumprimento da sentença no mesmo processo. Nesse cenário, Manoel será:

a) intimado para oferecer embargos à execução, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil;
b) citado para pagar o débito em 15 dias, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de multa e de honorários advocatícios de 10%;
c) intimado para pagar o débito em 3 dias, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil;
d) citado para oferecer impugnação, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil;
e) intimado para pagar o débito em 48 horas, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de prisão civil.

PROVAS

3. (AL–RO – ANALISTA LEGISLATIVO – PROCESSO LEGISLATIVO – FGV – 2018) Acerca das provas no processo civil, assinale a afirmativa correta.

a) O ônus da prova incumbe ao réu quanto aos fatos constitutivos do direito.
b) Não dependem de prova os fatos notórios, mas precisam ser provados os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

NOVA CONCURSOS

c) Não cabe a prova de direito, mas apenas das alegações fáticas.
d) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
e) Diante das peculiaridades da causa, é possível ao juiz na sentença distribuir o ônus da prova da maneira que entender mais justa.

4. (TJ–SC – OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR – FGV –2018) No curso de um processo foi determinada a produção de prova pericial. Para tanto, o perito estipulou seus honorários advocatícios, que foram arbitrados pelo juiz em decisão transitada em julgado. Ocorre que, ao fim do processo, com coisa julgada já estabelecida, a parte vencida não adimpliu a verba honorária referente ao laudo pericial.
Para fins de recebimento dessa verba, deverá o perito demandar:

a) cumprimento dessa decisão, no mesmo processo;
b) execução dessa verba, em processo autônomo;
c) ação de conhecimento própria em face do vencido;
d) ação em face do Estado, a fim de obter essa verba;
e) ação de conhecimento em face das partes originárias.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"* a alternativa está INCORRETA. Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

Em *"b"* a alternativa está INCORRETA. Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

Em *"c"* a alternativa está INCORRETA.

Art. 534. No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo:

§ 2º A multa prevista no § 1o do art. 523 não se aplica à Fazenda Pública.

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

§ 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

Em *"d"* a alternativa está INCORRETA. Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 7º Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

Em *"e"* a alternativa está CORRETA. Art. 535. § 4 tratando -se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"* a alternativa está INCORRETA. Os embargos à execução só são cabíveis no Processo de Execução de Título Executivo Extrajudicial

Em *"b"* a alternativa está INCORRETA. Não haverá citação, mas intimação (uma vez que o cumprimento de sentença ocorre no mesmo processo). Além disso, o prazo é de 3 dias, conforme prevê o art. 528.

Em *"c"* a alternativa está CORRETA. Intimado para pagar o débito em 3 dias, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil; - Art. 528

NOVA CONCURSOS

Em *"d"* a alternativa está INCORRETA. Não será citado, mas intimado a pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, no prazo de 3 dias (art. 528)
Em *"e"* a alternativa está INCORRETA. O prazo não é de 48 horas, mas sim de 3 DIAS, sob pena de protesto e prisão civil.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em *"a"* a alternativa está INCORRETA. Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Em *"b"* a alternativa está INCORRETA. Art. 374. Não dependem de prova os fatos:
I - notórios;
II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
III - admitidos no processo como incontroversos;
IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
Em *"c"* a alternativa está INCORRETA. Art. 376. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
Em *"d"* a alternativa está CORRETA. Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
Em *"e"* a alternativa está INCORRETA. Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo
III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373;

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em *"a"* a alternativa está CORRETA. O novo CPC conservou as modificações trazidas pelas leis 11.232/2005 e 11.382/2006 que modificaram a execução, antes considerada como processo autônomo, no tocante aos títulos judiciais, assim deixou de ser, dando origem, ao que a doutrina intitulou de processo sincrético, no qual as fases cognitivas (de conhecimento) e executivas são fases de um só processo. O que ocorre é cumprimento da sentença, sem a formação de um novo processo. Executa-se a obrigação contida no título (nesse caso, judicial- a sentença), mas sem a formação do processo de execução, o que equivale a dizer que se tem a execução imediata.
Em *"b"* a alternativa está INCORRETA. Não há mais execução como processo autônomo.
Em *"c"* a alternativa está INCORRETA. Não é ação de conhecimento a competente para promover tal cobrança.
Em *"d"* a alternativa está INCORRETA. A questão não esclarece se a perícia foi requeria pela parte, beneficiária da justiça gratuita, portanto, não há que se deduzir que seria paga com recursos alocados no orçamento do Estado. Além disso, quando se trata de beneficiário da justiça gratuita, o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça. É o que se extrai do art. 95, II, CPC.
Em *"e"* a alternativa está INCORRETA. Não é o caso de ação de conhecimento, como explicado acima.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).
Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.
Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.
Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.
Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.
O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.
Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.
Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.
Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.
Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.
Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

1. (PC-MA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – FGV – 2012) Com relação à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa incorreta.

a) A lei mais favorável é de aplicação imediata, inclusive no período de vacatio.
b) Havendo decisão transitada em julgado, cabe ao juiz da execução aplicar a lei mais favorável.
c) Reconhecida a abolitio criminis, causa de extinção da punibilidade, os efeitos penais se apagam, permanecendo os efeitos civis.
d) A lei intermediária é extrativa.
e) Normas penais em branco são aquelas em que há necessidade de complementação por outra norma de mesma fonte legislativa.

2. (TJ-AM – ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO – FGV – 2013) No tocante à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa incorreta.

a) Lei penal extrativa é aquela que produz efeitos fora de seu período de vigência, podendo ser ultrativa ou retroativa.
b) A abolitio criminis é causa de extinção da punibilidade
c) A novativo legis in mellius é retroativa, salvo quando já houve o trânsito em julgado da decisão condenatória respectiva.
d) Em se tratado de crime permanente, aplica-se a lei vigente no momento em que cessou a permanência, ainda que se trate de lei penal mais gravosa.
e) No caso de abolitio criminis, cessam os efeitos penais do fato praticado, persistindo os civis.

3. (TJ-MA – ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO – FGV – 2013) Com relação à lei penal no espaço, assinale a afirmativa incorreta.

a) A legislação penal brasileira adota o princípio da territorialidade absoluta.
b) Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes praticados em aeronave pública brasileira ainda que esteja em território estrangeiro.
c) As embaixadas estrangeiras não são consideradas território estrangeiro, aplicando-se a lei brasileira nos crimes praticados no seu interior, salvo quando o autor for agente diplomático ou possua imunidade diplomática.
d) São princípios empregados para solucionar a regra da extraterritorialidade: personalidade ou nacionalidade, domicílio, defesa, justiça universal, representação ou da bandeira.
e) Para fins de Direito Penal, o conceito de território não se restringe à área limitada pelas fronteiras brasileiras.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Correta – a lei penal a ser aplicada sempre será a mais benéfica para o acusado, sendo a única hipótese em que a lei penal retroage.
Em *"b"*: Correta – a lei penal mais benéfica é aplicada mesmo com o trânsito em julgado, e cabe, neste caso, ao juiz da execução.
Em *"c"*: Correta – os efeitos civil não se extinguem com a revogação da lei penal.
Em *"d"*: Correta – Segundo Luiz Flávio Gomes, A lei penal intermediária é assunto atinente ao conflito de leis penais no tempo. Suponha que determinado fato foi cometido na vigência da lei A. No decorrer da persecução penal sobre o mesmo fato, adveio a lei B. Por fim, no momento da sentença penal vigorava a lei C, sobre o mesmo assunto. Considerando que a lei B (lei penal intermediária) é a mais favorável de todas, a questão é: é possível aplicá-la ao réu? A doutrina entende que sim. Seguindo o raciocínio de acordo com o qual, diante de um conflito de leis penais no tempo, a regra é a da aplicabilidade da lei penal mais benéfica, defende-se a possibilidade da aplicação da lei penal intermediária ao réu".
Em *"e"*: Incorreta - A lei penal em branco é aquela que necessita de complementação. Se a complementação é da mesmo fonte legislativa, trata-se de norma penal em branco homogênea. E se a complementação for de outra fonte normativa, será norma penal em branco heterogênea.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em *"a"*: Correta – lei extrativa produz efeito fora de seu tempo, pode ser ultrativa ou retroativa.
Em *"b"*: Correta – revogação da lei penal (do tipo penal) extingue a punibilidade.
Em *"c"*: Incorreta - A novativo legis in mellius é retroativa, sem exceção, independente de já houve o trânsito em julgado da decisão condenatória respectiva.
Em *"d"*: Correta – mesmo que nova lei seja mais rígida com o acusado, aplica-se a lei em vigor no momento do crime, nos casos de crimes permanentes.
Em *"d"*: Correta - abolitio criminis, cessam os efeitos penais, mesmo com trânsito em julgado, do fato praticado, persistindo os civis.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em *"a"*: Incorreta - A territorialidade não é absoluta, pois admite, no art. 7º, do CP, a extraterritorialidade.
Em *"b"*: Correta – territorialidade, art. 5º, §1º, do CP.
Em *"c"*: Correta – as embaixadas são territórios brasileiro, pois não há previsão legal para considerar território estrangeiro para fins penais.
Em *"d"*: Correta – os princípios para solucionar a extraterritorialidade são: personalidade ou nacionalidade, domicílio, defesa, justiça universal, representação ou da bandeira.
Em *"e"*: Correta – Território nacional é estendido, pois há dois princípios, territorialidade e extraterritorialidade.

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).
Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.
Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.
Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.
Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.
O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.
Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.
Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.
Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.
Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.
Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.)

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-AM – JUIZ DE DIREITO – FGV – 2013) Sobre a aplicação da Lei Processual Penal, é correto afirmar que:

a) no Brasil, adota-se integralmente o princípio da irretroatividade da lei processual penal, que impede que as inovações na norma processual penal sejam aplicadas de imediato para fatos praticados antes de sua entrada em vigor.
b) ela admitirá interpretação extensiva e o suplemento de princípios gerais do direito, mas não a aplicação analógica.
c) o processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, não havendo qualquer ressalva prevista neste diploma.
d) as normas previstas no Código de Processo Penal de natureza híbrida, ou seja, com conteúdo de direito processual e de direito material, devem respeitar o princípio que veda a aplicação retroativa da lei penal, quando seu conteúdo for prejudicial ao réu.
e) ela admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.

2. (TJ-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – EXECUÇÃO DE MANDADOS – FGV – 2014) A Constituição da República e o Código de Processo Penal preveem regras e princípios para solucionar conflitos no tema "a lei no tempo". À lei puramente processual penal aplicam-se os seguintes princípios:

a) da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica.
b) da aplicação imediata e do tempus regit actum (tempo rege o ato).
c) da inalterabilidade e da ultratividade da lei benéfica.
d) da ultratividade e da retroatividade da lei benéfica ao réu.
e) da retroatividade da lei prejudicial e da ultratividade da lei benéfica.

3. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – FGV – 2008) Com relação ao sistema processual penal brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. O processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
II. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
III. A lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

Assinale:

a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

1.

Em *"a"*: Incorreto – A lei processual penal entra em vigor independente do tempo da prática do crime. E mesmo que a matéria seja de direito penal, há possibilidade de a lei retroagir, no caso de ser a nova lei mais benéfica ou réu, art. 2º, do CPP.
Em *"b"*: Incorreto – O direito processual penal não pode ser confundido com o direito penal. Admite-se a interpretação extensiva, por princípios gerais do direito e por analogia, art. 3º, do CPP.
Em *"c"*: Incorreto – O processo penal, conforme art. 1º, do CPP, e seus incisos, reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados: os tratados, as convenções e regras de direito internacional; as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade; os processos da competência da Justiça Militar; os processos da competência do tribunal especial; e os processos por crimes de imprensa, este último com a ressalva a ADPF nº 130.
Em *"d"*: Correto – Pelo princípio da retroatividade da lei penal, as normas previstas no Código de Processo Penal de natureza híbrida, que contém regras de direito processual e de direito material, devem respeitar a vedação da aplicação retroativa da lei penal, quando seu conteúdo for prejudicial ao réu.
Em *"e"*: Incorreto – De acordo com o art. 3o, do CPP, a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Em *"a"*: Errado – Da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica, são princípios do direito penal.
Em *"b"*: Certo – As normas de Processo Penal têm a aplicação imediata e do tempus regit actum (tempo rege o ato), como afirma o art. 2o, do CPP, a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
Em *"c"*: Errado – Não são princípios do direito processual penal: da inalterabilidade e da ultratividade da lei benéfica.
Em *"d"*: Errado – São princípios do direito penal: da ultratividade e da retroatividade da lei benéfica ao réu.
Em *"e"*: Errado – Da retroatividade da lei prejudicial e da ultratividade da lei benéfica não são princípios do direito penal e do direito processual penal.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Afirmativa I – Correta – De acordo com o art. 1º, do CPP, o processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.

NOVA CONCURSOS

Afirmativa II – Correta – Conforme o art. 3º, do CPP, a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Afirmativa III – Correta – Nos termos do art. 2º, do CPP, a lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

GABARITO OFICIAL: E

NOVA CONCURSOS